



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR**

**Processo nº** 8516033-92.2021.8.06.0000

**Classe:** Pedido de Providências.

**Assunto:** Solicitação da Polícia Civil do Estado do Ceará para padronizar as comunicações de informações judiciais direcionadas ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil (DETI/PCCE).

**DECISÃO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 305/2022-CGJUCGJ**

Trata-se de Pedido de Providências instaurado em face de Ofício encaminhado pelo Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Ceará, solicitando, em síntese:

**GABINETE DO DELEGADO GERAL**

Considerando já existir uma orientação da Corregedoria-Geral de Justiça, por meio do Ofício Circular nº 43/2021 (anexo), acerca da elaboração de um ato ordinatório com o objetivo de padronizar os dados e a comunicação com o DETIC/PCCE (modelo do ato ordinatório código número 4679);

Considerando ainda que as informações constantes no modelo do referido ato ordinatório são essenciais para a realização da baixa dos registros dos acusados e objetivam dar maior celeridade à prestação deste serviço aos jurisdicionados;

**Solicita**, que seja estendido a todas as varas do Estado, o modelo de ato ordinatório constante no Ofício Circular nº 43/2021, tendo em vista a relevância deste serviço aos cidadãos, repercutindo diretamente na emissão do atestado de antecedentes criminais destes.

Encaminhados os autos à Coordenadoria dos Sistemas Judiciais desse Tribunal de Justiça para análise da viabilidade da solicitação, foi lavrada a seguinte Informação (fl. 10):

Verificou-se no sistema SAJ-PG, que o código unificado de Pessoas (Cadastro Controlado) nº 23831657 está disponível para envio de intimações eletrônicas. Assim como o modelo de

Ato Ordinatório de código nº 4679 está apto para utilização. Ambos estão disponíveis para todas as unidades dentro do SAJ

Informação esta confirmada pelo Juiz Gestor do Sistema SAJPG, Dr. Antônio Cristiano de Carvalho Magalhães, senão veja-se:

Para conhecimento da informação de disponibilização à todas as unidades do estado do modelo de documento Atos ordinatórios (24) de código 4679 (SAJPG): CRIME - [ATO VINCULADO] 50275 - Comunicação para fins de registros nos sistemas policiais.

Ante o exposto, **determino** que sejam oficiadas todas as unidades judiciais do Estado do Ceará, para ciência das atualizações efetivadas no sistema SAJPG a fim de padronizar as comunicações de informações judiciais direcionadas ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil (DETI/PCCE).

Cópia desta decisão servirá como ofício circular, com cópia das fls. 002-003.

Empós, **devolvam-se os autos à Coordenadoria do Projeto Integra deste Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.**

À Gerência Administrativa para providências.

Fortaleza, data e hora da assinatura eletrônica.

**DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO**  
Corregedor-Geral da Justiça



**GABINETE DO DELEGADO GERAL**

OFÍCIO Nº 1116/2021/GAB/PCCE

Fortaleza, 30 de agosto de 2021.

A sua Excelência a Senhora  
Desembargadora Rosilene Ferreira Facundo  
Juíza Coordenadora do Programa Integra  
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**Assunto: Solicita a padronização da comunicação de informações judiciais direcionadas ao DETIC/PCCE**

Senhora Coordenadora,

Considerando o Convênio nº 20/2011, firmado pelo Governo do Estado com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), do qual a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) é signatária, com vistas à implementação e execução do Programa Integra, objetivando a integração de ações e sistemas de informática desses órgãos e o aprimoramento do Sistema de Justiça Criminal;

Considerando que a sistemática das baixas judiciais dos acusados são realizadas pelo Setor de Baixa Judicial e Unificação do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil (DETIC/PCCE), unidade apta a receber intimações eletrônicas por meio do Portal e-SAJ (código unificado do SAJPG nº 23831657);

Considerando que o citado Departamento recebe intimações oriundas de todas as unidades judiciárias deste Estado solicitando a inserção dos registros criminais em nossos sistemas, tais como despachos, ofícios, sentenças, acórdãos, sendo imprescindível a padronização desta comunicação, otimizando a prestação do serviço por parte desta polícia judiciária;

Considerando que, para a inserção dos referidos registros em nossos sistemas de informações policiais (SIP3W) faz-se necessário saber os seguintes dados: **número do procedimento policial (inquérito ou TCO)**, nome e qualificação do acusado, motivo da baixa, data da sentença/acórdão e data do trânsito em julgado;



**GABINETE DO DELEGADO GERAL**

Considerando já existir uma orientação da Corregedoria-Geral de Justiça, por meio do Ofício Circular nº 43/2021 (anexo), acerca da elaboração de um ato ordinatório com o objetivo de padronizar os dados e a comunicação com o DETIC/PCCE (modelo do ato ordinatório código número 4679);

Considerando ainda que as informações constantes no modelo do referido ato ordinatório são essenciais para a realização da baixa dos registros dos acusados e objetivam dar maior celeridade à prestação deste serviço aos jurisdicionados;

**Solicita**, que seja estendido a todas as varas do Estado, o modelo de ato ordinatório constante no Ofício Circular nº 43/2021, tendo em vista a relevância deste serviço aos cidadãos, repercutindo diretamente na emissão do atestado de antecedentes criminais destes.

Respeitosamente,

  
Márcio Rodrigo Gutiérrez Rocha  
Delegado Geral Adjunto da Polícia Civil